

Proteção social de crianças e adolescentes: um olhar através da observação participante

Eduarda Lazzarin Leal¹

Resumo: Este estudo objetiva analisar as possíveis contribuições de um programa de Proteção Social, no que diz respeito à inserção social e prevenção da violência, para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social na região do Vale dos Sinos. Possui um delineamento exploratório-descritivo e metodologia qualitativa. Concluiu-se que o programa apresenta possíveis contribuições enquanto um ambiente que dá voz ao sujeito, garante sua expressão social e cultural, oportuniza a aquisição de habilidades de forma prazerosa, a autoconfiança e o pertencimento social.

Palavras-chave: Observação Participante; Prevenção; Proteção Social; Violência; Vulnerabilidade Social.

Social protection of children and adolescents: a look through the participating observation

Abstract: This study aims to analyze the possible contributions of a Social Protection program, regarding social insertion and violence prevention, for children and adolescents in situations of social vulnerability in the Vale dos Sinos region. It has an exploratory-descriptive design and qualitative methodology. It was concluded that the program presents possible contributions while an environment that gives voice to the subject, guarantees its social and cultural expression, allows the acquisition of skills in a pleasurable way, self-confidence and social belonging.

Keywords: Participant Observation; Prevention; Social Protection; Violence; Social Vulnerability.

Introdução

Na passagem do século XXI, observamos a criação de políticas, a partir do Estado, que impeçam ou reduzam os efeitos do desamparo e da negligência para com o público infanto-juvenil. No Brasil, a proteção da criança e dos adolescentes está regulamentada no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que entende que a criança e o adolescente devem ter seus direitos assegurados, conforme art. 4º, pela família, pela comunidade, pela sociedade em geral e pelo poder público. Direitos esses como: saúde, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, respeito, liberdade à convivência familiar e comunitária, entre outros (BRASIL, 1990).

Sabe-se que especialmente as populações em situação de vulnerabilidade social são marcadas pela privação de direitos e desigualdade social (GOMES; PEREIRA, 2005). O conceito de vulnerabilidade social é bastante amplo e, de modo geral, diz respeito a grupos suscetíveis a fatores de risco. Segundo Barros (2009, p. 323), “se trata de uma noção multifacetada e complexa, capaz de englobar diversos fenômenos sociais conjuntamente, uma vez que à vulnerabilidade associam-se outros conceitos, como violência, pobreza, exclusão”.

Considera-se imprescindível compreender os fenômenos da violência e da criminalidade sob a ótica social. De fato, existe um componente pessoal ou individual na criminalidade, porém a influência

¹ Graduada em Psicologia pela Universidade Feevale.

da organização social e a herança cultural são fatores importantes, sendo que, um indivíduo se torna “delinquente” porque está exposto a um meio social e contato direto com o delito (GADEA, 2015). Nesse aspecto, é preciso compreender a construção social da violência e criminalidade no meio jovem e vulnerável a fim de pensar estratégias que atenuem o problema. Não há dúvidas que a ausência de ações sociais e a precariedade das estruturas dos serviços públicos articulam-se com a forma como a juventude é formada, no modo como ela se relaciona com a sociedade e no modo como ela passa a intervir no seu contexto (SANTOS et al, 2012).

A partir disso, este artigo justifica-se devido às estatísticas apresentadas a seguir, como o alto índice de mortes violentas dos jovens, além de seu estigma negativo na sociedade, evidenciando o espaço do qual o jovem ocupa hoje. O homicídio é a quarta principal causa de morte entre jovens e jovens adultos de 10 a 29 anos de idade, ocorrendo 200 mil homicídios, anualmente, em todo o mundo. A maior parte das vítimas é do sexo masculino e de países de renda média e baixa (WHO, 2014). No Brasil, as mortes violentas, como assassinatos e acidentes de trânsito, representam a principal causa de morte entre jovens de 15 e 24 anos de idade (IBGE, 2013). Esses dados indicam que os jovens são grandes vítimas da violência.

Quanto às estatísticas mais recentes da evasão escolar, no ano de 2014, sabemos que há 1,7 milhão de jovens fora da escola, o equivalente a 16% de jovens entre 15 e 17 anos, dos quais 52% não concluíram sequer o ensino fundamental (INSTITUTO UNIBANCO, 2016). Com isso, seja o jovem como vítima ou autor de atos violentos, há um rompimento com os seus direitos, há violação do direito à vida e à liberdade. É preciso pensar qual o lugar do jovem na sociedade contemporânea, ou seu “não lugar”, seu silêncio social, conforme escreve Fachinetti (2010). A autora defende que é fundamental conceder um novo lugar ao jovem, o lugar da fala, da manifestação, da expressão. Concordando com essa perspectiva, pode-se compreender a violência como “uma forma de ‘falar’ quando outros meios de expressão social e cultural estão ausentes” (GADEA, 2015, p. 36). O que pode ser feito, portanto, para dar lugar e visibilidade ao jovem? Quais as possibilidades de prevenção dessa violência, tão presente na vida deste grupo?

Segundo dados da OMS (2015), atividades após o período escolar e outras atividades estruturadas para períodos de lazer, são uma das estratégias possíveis para prevenção da violência. Quanto às evidências, esse tipo de programa mostrou auxiliar no aumento de fatores de proteção e na redução de comportamentos problemáticos. Porém, nem todos os resultados foram significativos, sendo que são poucos os estudos longitudinais que medem os efeitos de intervenções colocadas em prática na primeira infância na redução da violência (OMS, 2015). Há, portanto, necessidade de novos estudos nesta temática, principalmente brasileiros.

Considerando os programas de contraturno escolar, entende-se um programa de Proteção Social infante-juvenil como garantia de direitos às populações em situação de vulnerabilidade social. Sabe-se que um ambiente que respeite e proteja os direitos básicos civis, políticos, socioeconômicos e culturais é fundamental para a promoção da saúde mental (OPAS-OMS, 2016). Compreende-se, portanto, que as instituições/políticas públicas de Proteção Social, são potenciais ações no que diz respeito à promoção de saúde e prevenção à violência.

Entre essas ações de contraturno escolar, pode-se exemplificar o programa brasileiro Mais Educação. Criado em 2007, o Programa visa a Educação Integral na extensão do ambiente escolar nas redes públicas de educação básica e inclui campos da educação, artes, cultura, esporte, lazer. Uma de suas finalidades é a prevenção de diversas formas de violência mediante a maior integração comunitária, ampliando a participação na vida escolar e social e a promoção do acesso aos serviços sócio-assistenciais do Sistema Único de Assistência Social - SUAS (BRASIL, 2007). O Programa passou por alterações no ano de 2016, intitulando-se Programa Novo Mais Educação e tem como novo objetivo melhorar a aprendizagem dos alunos em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental (BRASIL, 2016).

Esse programa, na prática, porém, recebe algumas críticas. Algumas delas referem-se à falta de uma estrutura adequada na escola para abrigar todos os alunos, à falta de docentes e/ou estagiários disponíveis para o trabalho e ainda à falta de formação dos profissionais para trabalhar com essa modalidade de ensino. (EGEA, 2012). Outra questão pertinente diz respeito à dificuldade do Estado em conseguir manter o Programa, considerando que, sem os repasses de verba, as atividades do Programa já foram reduzidas ou suspensas em vários locais do país (BORGES, 2015).

Além disso, ações do Programa Mais Educação expõem certa desresponsabilização do Estado ao sugerir a “ampliação dos espaços educativos, o incentivo ao voluntariado, desprofissionalizando a função do/a professor/a, prevendo a parceria público-privado e a gestão participativa da comunidade local” (ROSA, 2012, p. 10). A partir disso, podemos observar, nas últimas décadas, um movimento de novos atores voltados ao atendimento às políticas sociais infanto-juvenis, chamados de “terceiro setor”, responsável pelo crescimento das fundações empresariais, entidades caritativas, filantrópicas e organizações sociais (PEREZ; PASSONE, 2010). Entre eles estão as novas organizações sociais de caráter público como ONGs, organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips), fundações, etc. Nota-se, portanto, a importância da presença desses novos atores na garantia de direitos da população, principalmente de vulnerabilidade social.

Esse estudo possui como objetivo analisar as possíveis contribuições de um programa de Proteção Social, no que diz respeito à inserção social e prevenção da violência, para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social na região do Vale dos Sinos. Assim como, descrever as atividades desenvolvidas nas oficinas observadas e as potencialidades deste espaço.

Metodologia

O presente estudo possui um delineamento exploratório-descritivo e metodologia qualitativa. A pesquisa exploratória e descritiva foi utilizada com o propósito de proporcionar maior familiaridade com o problema, a fim de torná-lo mais explícito e construir hipóteses, assim como descrever as características de determinada população (GIL, 2010). A metodologia qualitativa foi escolhida por sua finalidade de compreender os fenômenos humanos e sociais, ou seja, as relações de significado (TURATO, 2000).

Os instrumentos utilizados foram Notas de Campo e Observação Participante aberta, assim como entrevistas informais. As notas de campo consistem em registros de natureza narrativa de tudo o que foi constatado, feitos logo após o período de observação. Já a técnica de observação participante, entende-se como quando o participante é parte dos eventos pesquisados, e a observação aberta, quando o observador é identificado e os sujeitos sabem que estão sendo observados (VIANNA, 2007).

O local no qual foram realizadas as observações foi um programa socioeducativo que atua na promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, pertencente a uma organização comunitária, de origem empresarial e sem fins lucrativos em uma região de vulnerabilidade social no Vale dos Sinos. A escolha deste local deu-se no intuito de promover um debate sobre o tema além de partir de um interesse pessoal da autora. A instituição escolhida oferece diversas oficinas como: balé, dança contemporânea, artes, *hip hop*, coral, violão, atividades pedagógicas, educação social, conversação, artes cênicas, inclusão digital, recreação e geração de renda, buscando contribuir para a aquisição de habilidades, valores, saberes e experiências que auxiliam no desenvolvimento humano e inserção social.

Os procedimentos realizados consistiram, primeiramente, em contatar o local, explicar a proposta e receber sua autorização. Foram realizadas sete observações de aproximadamente duas horas e vinte minutos cada, todas no período da manhã, uma vez por semana. As oficinas observadas foram: Oficina de

Psicologia, Artes, Balé e Judô. Após cada observação foi feito o registro nas Notas de Campo. No último dia de observação foi marcada uma devolução para o local. Esta etapa ocorreu entre os meses de agosto e novembro de 2016.

A análise de conteúdo foi feita a partir da análise temática de Minayo (2014). Essa análise consiste em três etapas: *Pré- Análise, Exploração do Material, Tratamento dos Resultados Obtidos e Interpretação*. A primeira consiste em fazer uma leitura flutuante dos registros, a constituição do corpus e a formulação e reformulação de hipóteses e objetivos. A segunda etapa visa alcançar o núcleo de compreensão do texto, abrangendo a categorização. Por fim, a terceira etapa diz respeito aos resultados, na qual se propõe inferências e realiza interpretações.

Alguns cuidados éticos foram utilizados neste estudo, como: a entrega de uma Carta de Apresentação no primeiro contato com o local, o consentimento verbal de todos participantes para as atividades realizadas e o sigilo da identidade de qualquer pessoa envolvida no estudo. Além disso, é considerado antiético o pesquisador adulterar deliberadamente sua identidade ou a natureza da pesquisa (ANGROSINO, 2009). Portanto, é importante ressaltar outros cuidados tomados no estudo, como: sempre informar às crianças presentes quanto a minha identidade e meu papel de observadora e não tirar conclusões precipitadas de eventos isolados. Esta pesquisa foi realizada por meio da disciplina de “Estágio Básico – Observação e Pesquisa” do curso de Psicologia da Universidade Feevale (RS).

Análise e discussão dos resultados

A partir da análise temática das notas de campo, foram criadas duas categorias: (a) atividades desenvolvidas e (b) potencialidades do espaço. Essas categorias serão exploradas a seguir a partir de recortes das notas de campo e discussões teóricas.

a. Atividades desenvolvidas

Esta categoria descreve as atividades propostas nas oficinas observadas (Psicologia, Artes, Balé e Judô). Assim como apresenta uma breve descrição do programa como um todo.

O local observado é um dos nove programas e projetos pertencentes a uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), criada em 1996. Sua sustentabilidade financeira é viabilizada por diversos mantenedores, empresas e pessoas físicas, que se identificam com a missão da entidade. O programa escolhido foi inaugurado em 1998 oferecendo atividades no contraturno escolar para mais de 180 crianças e adolescentes de seis a dezesseis anos de idade em situação de vulnerabilidade social.

Primeiramente, conhecendo o local de observação foi feita uma entrevista informal com a coordenadora sobre o espaço e as oficinas disponíveis. O local é bastante amplo e dispõe de um saguão de entrada, secretaria, diversas salas onde ocorrem as oficinas, pátio grande com quadra de esportes em ambiente externo, refeitório, cozinha e espaço de brinquedos diversos. As oficinas, de um modo geral, envolvem aspectos culturais, sociais, artísticos, além de geração de renda e espaços de conversação no contraturno escolar. O local também dispõe de atendimento com um pediatra voluntário e oficinas de costura e manicure para mulheres da comunidade. O programa ainda organiza festas e eventos para aproximar a família e a comunidade, assim como espetáculos de teatro e dança apresentados pela região.

Diante disso, foram escolhidas, por conveniência, quatro oficinas para realizar a observação: Psicologia, Artes, Balé e Judô. A oficina de Psicologia é a mais recente na instituição e possui duas turmas

diferentes no turno da manhã com uma média de quatro alunos. Esta oficina tem como proposta criar um ambiente de diálogo através de atividades lúdicas, conforme relatos:

Ela [psicóloga] explica que as oficinas são diferentes dependendo do grupo e da demanda que os alunos trazem. Também conta que este grupo de agora está construindo uma maquete de uma cidade. Chegando lá, vejo que os alunos estão mexendo na argila e construindo brinquedos para a pracinha da cidade deles (01.09.16).

A segunda turma também está montando uma maquete, mas um pouco diferente. Um dos alunos, o mais velho, fez uma roda gigante para um parque de diversões. Foram usados caixas de sabonete encapadas e palitos. Ele pensa em estratégias para deixar a roda gigante “de pé” (01.09.16).

Nos dias seguintes, nota-se a evolução das atividades, assim como novas propostas que partem da sugestão dos alunos. A primeira turma, que está construindo uma cidade, passa a montar um zoológico, conforme desejo de um dos alunos. A segunda turma continua a construção do parque de diversões, mas concentra-se na montagem de uma grande montanha-russa feita de rolos de papel higiênico, conforme um tutorial do *youtube* assistido pela turma.

É cada vez mais comum ver a Psicologia a frente de oficinas e participando de trabalhos sociais como este. Porém, historicamente, ela era voltada a atender os interesses das elites, contribuindo pouco para transformações no que diz respeito a desigualdades sociais. Hoje, fala-se em uma Psicologia na direção do compromisso social com as camadas populares e em defesa dos direitos humanos (BOCK, 2003).

Na oficina de Artes há um componente em comum com a oficina citada anteriormente: o lúdico. Nos dois dias observados foram propostas atividades diferentes. No primeiro dia, foi um trabalho de desenho e recorte construindo cartazes com diferentes materiais. A ideia era criar um cenário para esconder um “fantasminha”, personagem de uma história, que seria apresentada pela turma do teatro. No segundo dia, foi proposto usar massinha de modelar comestível branca para criar esculturas livres de acordo com o desejo de cada um. Era permitido aos alunos que terminassem a atividade, ou até aos que não tivessem interesse, realizar outra tarefa ou simplesmente conversar com os colegas. Na sala, havia uma mesa única e grande onde sentava uma média de dez alunos. Os materiais ficavam em prateleiras ao redor da sala e disponíveis ao acesso dos alunos.

Se essas oficinas de Psicologia e Artes parecem usar o lúdico como fator comum, as oficinas restantes, Balé e Judô, porém, diferenciam-se nesse quesito, apresentando maior disciplina e uma prática mais diretiva. Primeiramente, na oficina de Balé, observou-se dez alunas durante alongamentos e ensaios para uma apresentação de dança, de acordo com o recorte a seguir:

O professor coloca uma música calma e diz para as meninas pegarem os colchonetes para o alongamento. Elas fazem diferentes alongamentos relacionados à flexibilidade das pernas. Em seguida, começam o ensaio para uma apresentação da semana seguinte. O professor coloca a música da apresentação. É uma música em inglês que diz algo sobre amar dançar. As meninas cantam e parecem gostar da música. A coreografia compreendia diversos giros, movimentos delicados e sincronismo entre as alunas. Elas ensaiam três vezes no total (29.09.2016).

Segundo Puoli (2010) o balé pode ser definido como uma dança, em grupo ou solo, geralmente com acompanhamento musical e com base em técnicas específicas de alongamento, giros elevação e extensão. Deste modo, o processo de aprendizagem da técnica começa com exercícios de alongamento no chão e posteriormente se passa a fazer exercícios que desenvolvem a coordenação.

Por fim, na oficina de judô, observou-se uma média de oito alunos praticando exercícios físicos mais elaborados exigindo força e resistência. O judô é uma prática desportiva de origem oriental que possui uma estrutura tanto competitiva quanto “hierárquica, utilização da língua originária e padrões tradicionais de

saudação” (DRIGO et al, 2011, p. 50). Foram observadas duas aulas em dias diferentes, que contavam com uma professora e um professor trabalhando em conjunto. Cada aluno possuía seu kimono. Na sala, havia um tatame que ocupava quase todo o espaço e uma parede com uma linda paisagem pintada. As principais atividades desenvolvidas estão relatadas nas notas de campo a seguir:

Eles contam, seqüências de números em japonês, enquanto fazem alguns posicionamentos. Fazem também uma saudação em direção a parede onde há um quadro com a foto do mestre criador do judô. Os primeiros exercícios envolvem um aquecimento que consiste em correr em círculos, mudando de direção conforme a professora orienta. Alguns alunos param no meio do exercício e são incentivados a continuar. Em seguida, eles fazem os alongamentos, abdominais e flexões. Depois dos alongamentos eles passam a fazer alguns treinamentos específicos, a maioria de queda (29.09.2016).

Desta forma, apresentou-se as atividades desenvolvidas de cada uma das quatro oficinas observadas. As modalidades das oficinas compõem diferentes oportunidades de prazer e aprendizado para as crianças e adolescentes participantes do programa. Todas elas compreenderam particularidades e potencialidades que foram identificadas após análise dos dados e serão exploradas na categoria a seguir.

b. Potencialidades do espaço

Essa categoria descreve as potencialidades do espaço, entendido enquanto ambiente físico e ambiente de subjetivação. A partir das atividades descritas anteriormente, buscou-se analisar as contribuições do local e o processo de atribuições dadas pelas crianças e adolescentes presentes.

O local observado corresponde a um programa de Proteção Social na medida em que compromete-se com a garantia de direitos de crianças e adolescente em situação de vulnerabilidade social. Este tipo de programa com atividades no contraturno escolar e outras atividades estruturadas para períodos de lazer, é uma das estratégias possíveis para prevenção da violência (OMS, 2015).

Analisando as particularidades em cada oficina observada destacam-se as estratégias desenvolvidas na oficina de Psicologia. Nela, a forma de execução das atividades é descoberta ao longo do processo: os erros, os concertos e as ideias postas em prática são experimentados e discutidos em grupo. Esse formato de oficina, que parte de uma prática psicológica utilizando recursos expressivos, demonstra aos demais os diversos contextos dos quais a psicologia pode se inserir e as diversas psicologias existentes, que não privilegia públicos, temáticas ou classes sociais. Nesse contexto, a Psicologia “apresenta-se e insere-se como lugar de criação e de revelação de potências, tanto para o profissional atuante, como para aqueles que se beneficiam do serviço e não têm acesso ao atendimento psicológico tradicional” (OLIVEIRA, 2012, p. 129).

Na primeira turma da oficina de Psicologia, enquanto os alunos construía um zoológico de argila e papelão, surgiu o assunto de uma festa de Halloween que ocorreria no local. A psicóloga perguntou para um dos meninos, parecendo um pouco desanimado, se ele viria de fantasia. Ele respondeu que não, porque não poderia comprar:

Ela [psicóloga] então perguntou “mas não dá para fazer uma?”. Ele respondeu “mas eu não sei fazer”. No que ela disse: “mas tu sabe fazer um zoológico!”. E continuou: “uma vez vi um menino que ganhou um concurso de fantasia e só usou papel higiênico para ser uma múmia” (15.09.2016).

Nesse diálogo, percebe-se como a psicóloga valida a produção do aluno, usando imediatamente a evidência de que ele pode construir coisas tão boas quanto o zoológico deles. Além de um profissional que investe confiança no sujeito, esse processo de criação artística em si promove o autoconhecimento. Quando a criança produz uma imagem, desenha ou esculpe, ela está tendo uma oportunidade de conhecer mais a

seu respeito, sobre a forma como se relaciona com os materiais, com a forma de se expressar e com aquilo que cria (COUTINHO, 2009).

Ainda sobre esse processo de criação, foi possível perceber em outro momento da oficina, como os aspectos subjetivos (inseguranças) transparecem no decorrer da produção artística, conforme relato:

O aluno faz animais de argila, lentamente. Ele termina um e pergunta para o colega o que o objeto parece, e este responde que parece um tamanduá. O menino parece desanimado com a resposta. Depois quando ele pergunta para a psicóloga o que seu animal parece, ela responde: “o que tu acha que parece?”. Ele não soube responder. Acredito que ele fez essa pergunta para duas pessoas diferentes, porque não estava confiante do que tinha produzido na argila (22.09.2016).

Nesse recorte, observou-se ainda como a psicóloga, ao invés de responder o que achava sobre o objeto de argila, devolveu a pergunta ao aluno. A partir disso, entende-se que a oficina proporciona um ambiente rico em possibilidades. Sabe-se que “o fazer criativo sempre estará carregado da subjetividade de quem o exerce”, evidenciando, portanto, que o uso do lúdico para mediar os diálogos torna-se uma possibilidade terapêutica (COUTINHO, 2009, p. 44).

De fato, a atividade lúdica é um dos melhores meios de acesso e comunicação com as crianças. Por meio da atividade lúdica a criança comunica-se consigo mesma, com o mundo, estabelece relações sociais e constrói conhecimentos (DALLABONA; MENDES, 2004). Nessa mesma ótica, a oficina de Artes também mostrou-se rica em possibilidades e contribuições. A educadora, ministrante desta oficina, relata em entrevistas informais que sua aula é de “livre expressão”, o que torna o ambiente ideal para que surjam diversas questões, muitas vezes pessoais, além da atividade proposta em si, conforme os relatos a seguir:

A professora diz que na reunião dos professores questionam-na sobre como aparecem tantos assuntos dos alunos na aula dela. Ela responde que é porque ali eles podem se expressar livremente. Percebo que, o que para alguns, olhando de fora, poderia parecer apenas uma aula bagunçada, com certeza possui um propósito nisso (06.10.2016).

Durante a atividade, diversos assuntos surgem como filmes de super-herói, filmes de terror, os bairros onde moram e até sexualidade. A professora sempre participa questionando e conversando abertamente com os alunos (06.10.2016).

As particularidades desse ambiente assemelham-se aos conceitos da arteterapia, que promove a liberdade de expressão e a autonomia criativa através da manipulação de materiais diversos (CIORNAL, 2004). Foram observadas duas turmas diferentes do turno da manhã. As atividades propostas eram as mesmas para as duas turmas, porém, na prática, as aulas eram bastante diversificadas. No segundo dia de observação desta oficina, pode-se notar como a mesma proposta modifica-se conforme a subjetividade do grupo, de acordo com os relatos a seguir da primeira e segunda turma, respectivamente:

Eles estão fazendo um trabalho com uma massinha de modelar comestível branca. Cada um faz uma coisa diferente com a massinha. Algumas meninas solicitam diversas vezes a ajuda da professora, parecendo inseguras quanto as suas esculturas. (06.10.2016)

Nesta segunda turma, é proposta a mesma ideia de usar a massinha de modelar. As meninas parecem bem autônomas iniciando trabalhos sem precisar de instrução. Uma delas diz que quer colorir a massinha, despertando interesse nas demais. A professora diz que não é possível, pois precisa esperar secar a massa. Enquanto isso, outras meninas parecem gostar da ideia da massinha ser comestível e perguntam se podem comê-la. (06.10.2016)

A partir dos relatos, nota-se como os mesmos materiais proporcionam diferentes experiências de acordo com o desejo de cada aluno. As alunas que se interessaram em colorir a massinha de modelar insistiram em seu desejo, mesmo depois da professora explicar que não seria possível, conforme relato:

A professora mostra uma tinta rosa na pia e diz que para pintar precisa colocar a tinta na massinha e ir

amassando, mas diz que não dará certo porque a tinta tem água. Mesmo assim, ela volta atrás e coloca tinta na massinha das meninas para elas misturarem. Nisso, ela olha para mim e diz “elas precisam fazer para ver que não dá certo” (06.10.2016).

De fato, nessa situação, a massinha colorida foi perdendo forma e grudando nas mãos das meninas. Elas gostaram da experiência, mas em seguida lavaram as mãos na pia presente na mesma sala. Depois disso, a pia encontrava-se cheia de água e entupida. A professora então foi até lá verificar e mexer no cano para solucionar o problema. Diante disso, duas alunas observaram a cena, curiosas e fascinadas. A professora disse que elas não precisavam mexer, pois a água desceria aos poucos. Mesmo assim, logo em seguida, as duas arregaçaram as mangas em busca de seu objetivo de desentupir a pia.

A cena descrita ilustra o quanto o espaço oferece de possibilidades, além de como o aprendizado se dá através do desejo e da experiência, mesmo nas coisas mais simples. É inegável que trata-se de um local prazeroso, que promove o desenvolvimento de habilidades, relações sociais e bem-estar.

Se a violência é tida como “uma forma de ‘falar’ quando outros meios de expressão social e cultural estão ausentes”, é preciso criar meios que possibilitem essa expressão, que concedam um lugar ao jovem (GADEA, 2015, p. 36). Nesse sentido, as oficinas descritas possuem o potencial necessário para ser um desses meios.

As oficinas de Balé e Judô podem ser também mecanismos de expressão, mas possuem outras particularidades. Na oficina de Balé, observou-se que os alongamentos eram sempre demonstrados pelo professor, porém a maioria das alunas parecia estar acostumada com os exercícios. Algumas pareciam bem orgulhosas com seu desempenho e com os elogios do professor. Sabe-se que o ensino da dança proporciona diversos benefícios como habilidades favoráveis à saúde física, autoestima e o aspecto psicossocial (CURADO, 2013).

Além disso, as atividades em sala estendem-se ao ambiente público. No período de observação, a turma de Balé preparava-se para uma apresentação de dança. Notou-se o empenho e motivação das participantes para este evento. Essa motivação dá-se pelo caráter de materialização do sonho, a superação de limites pessoais e o envolvimento dos familiares e da comunidade em um objetivo comum, o espetáculo de dança, ou seja, a apresentação como meta final a ser atingida representa um momento muito significativo, tanto na dimensão individual quanto coletiva (SILVA, 2007). Isso indica a importância de um evento de apresentação para uma criança ou adolescente que se prepara e expõe o produto de seu esforço para sociedade recebendo reconhecimento. Além do fundamental envolvimento dos familiares e da comunidade nesse processo.

Voltando ao aspecto citado da livre expressão na oficina de Artes, destaca-se o comportamento de um dos alunos nessa oficina. O aluno de 15 anos chamava a atenção por ser muito falante, muitas vezes perturbando os colegas na medida em que não se dedicava muito a atividade, mas sim em provocar discussões entre eles. Inclusive a professora relatou, em entrevistas informais, a agitação e falta de concentração dele. Foi interessante notar a postura do menino na aula seguinte do mesmo dia, na oficina de Judô:

O menino da oficina anterior, que falava muito, está bem concentrado nas atividades de judô e é o que melhor executa tudo, sabendo também demonstrar para os colegas. Seu porte físico o favorece, mas percebo seu interesse. Em nenhum momento o vi rir ou “bagunçar” de alguma forma (08.09.2016).

De acordo com a descrição, o mesmo menino, observado em dois contextos diferentes, demonstra comportamentos bastante opostos, justamente porque os pressupostos de cada oficina também diferem entre si. A prática do Judô apresenta benefícios como o condicionamento físico, mas também em relação à disciplina atingida por meio da luta e dos mecanismos de concentração e autoconfiança, além de benefícios nos quesitos éticos, morais e de socialização (SOUZA; FACHIN, 2012). Notou-se, portanto, a importância

das crianças e adolescentes circularem entre esses dois momentos: o primeiro que os permite um diálogo aberto e escuta sem julgamentos, além da própria expressão por meio dos materiais artísticos, e no segundo momento, uma vivência que proporciona maior autocontrole e concentração.

Analisou-se, portanto, as contribuições de cada oficina observada, de acordo com suas particularidades. Contudo, de modo geral, pode-se dizer que as crianças e adolescentes que participam deste programa e circulam em diversas oficinas envolvendo arte, cultura, aptidão física e lazer, pertencem a um grupo e fortalecem um sentimento de pertencimento social, como sujeitos de direito. Esse sentimento é compreendido como uma condição humana universal, além de um direito e uma necessidade básica de todos. Ele inclui sentir-se parte da sociedade, ou seja, “a possibilidade de se reconhecer no processo de construção de sua identidade e subjetividade, de se apropriar das próprias possibilidades e das impossibilidades de participação na sociedade” (TAVARES, 2014, p. 194).

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo analisar as possíveis contribuições de um programa de Proteção Social, no que diz respeito à inserção social e prevenção da violência, para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social na região do Vale dos Sinos. Assim como, descrever as atividades desenvolvidas nas oficinas observadas e as potencialidades deste espaço.

Identificou-se que as oficinas observadas representam um ambiente de diferentes possibilidades e potencialidades. Observou-se a Psicologia ocupando um espaço diferente do tradicional, voltado à responsabilidade social, além de mostrar-se rica em possibilidades no que diz respeito às técnicas lúdicas utilizadas como meio de diálogo. Verificou-se também na oficina de Artes um ambiente de experimentação, na qual a criança tem a possibilidade de expressar seu desejo e usar de seus sentidos para testar e criar de forma prazerosa. Dessa forma, as mesmas propostas de atividades podem alcançar dimensões diferentes de acordo com a subjetividade do grupo. Na oficina de Balé, constatou-se que o elemento da apresentação pública de dança atribui grande motivação nas alunas, sendo um momento significativo tanto numa dimensão individual, quanto coletiva, ao passo que envolve os familiares e a sociedade como um todo. Por fim, a oficina de Judô mostrou-se um espaço potencial na aquisição de habilidades como concentração e confiança, além envolver valores de respeito e autocontrole.

Concluiu-se que, de acordo com as oficinas observadas, o programa apresenta possíveis contribuições para inserção social na medida em que o espaço proporciona o desenvolvimento relações sociais e convivência de grupo, assim como envolve a comunidade nesse processo. Além de possíveis contribuições para prevenção da violência enquanto um ambiente que dá voz ao sujeito, garante sua expressão social e cultural, oportuniza a aquisição de habilidades de forma prazerosa, a autoconfiança e o pertencimento social.

É importante ressaltar que os dados deste estudo poderiam ser mais consistentes se houvesse um maior período de tempo de observação, ou ainda se abrangesse as demais oficinas oferecidas pelo espaço. Destaca-se a necessidade de maiores estudos sobre a temática apresentada. Hoje, são poucos os estudos longitudinais que medem os efeitos de intervenções colocadas em prática na primeira infância na redução da violência (OMS, 2015).

Essa pesquisa proporcionou amplas contribuições no que diz respeito a discussão da temática, além de um rico processo de aprendizagem acadêmica da autora. Sugere-se que ações, como programas de Proteção Social, tanto de iniciativa privada quanto pública, estendam-se alcançando uma maior parcela da população, a fim de adotarmos uma política preventiva de garantia de direitos humanos, em especial para as camadas mais vulneráveis.

Referências

- ANGROSINO, M. **Etnografia e Observação Participante**. Trad. José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BARROS, J. V. de S. Ações e perspectivas do Programa de Reintegração Social do Egresso do Sistema Prisional no Combate à Vulnerabilidade Social. In: OLIVEIRA, K. B.; DE OLIVEIRA, G. G. (Org.) **Olhares sobre a prevenção à criminalidade**. Belo Horizonte : Instituto Elo, 2009.
- BOCK, A. M. B. **Psicologia e o compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BORGES, H. **Cadê a escola em tempo integral?** ISTOÉ. 22 mai., 2015. Disponível em: <[http://istoe.com.br/419345_CA-DE+A+ESCOLA+EM+TEMPO+INTEGRAL+/
> Acesso em: 21/07/2017.](http://istoe.com.br/419345_CA-DE+A+ESCOLA+EM+TEMPO+INTEGRAL+/)
- BRASIL. **Leis e decretos. Lei n.8069, de 13 de julho de 1990**: dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm> Acesso em: 02.10.2016.
- BRASIL. **PORTARIA No - 1.144, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016**: Institui o Programa Novo Mais Educação, que visa melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 out. 2016. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=49131-port-1144mais-educ-pdf&category_slug=outubro-2016-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 25/05/2017.
- BRASIL. **Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007**: Institui o Programa Mais Educação que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 abr. 2007b. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2446-port-17-120110&category_slug=janeiro-2010-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 15/05/2017.
- CIORNAI, S. **Percursos em Arteterapia**. São Paulo: Summus, 2004.
- COUTINHO, V. **Arteterapia com crianças**. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Wak Ed., 2009. 124p.
- CURADO, N. P. de L. G. **Os benefícios da dança para a criança na escola**. 2013. 19f. Trabalho de conclusão de curso de Educação Física. Centro Universitário de Brasília (UNICEUB), Brasília, 2013. Disponível em: < <http://repositorio.uniceub.br/handle/235/4580>> Acesso em: 20.05.2017.
- DALLABONA, S. R.; MENDES, S. M. S. O lúdico na educação infantil: jogar, brincar, uma forma de educar. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**. Vol. 1 n. 4 – jan – mar/2004. Disponível em: <<https://conteudopedagogico.files.wordpress.com/2011/02/o-ldico-na-educao-infantil.pdf>> Acesso em: 20.05.2017.
- DRIGO, A. J. et al. Artes marciais, formação profissional e escolas de ofício: Análise documental do judô brasileiro. **Motricidade**, v. 7, n. 4, p. 49-62, 2011. Disponível em: < <https://alsafi.ead.unesp.br/handle/11449/72721>> Acesso em: 20.05.2017.
- Estatísticas do Registro Civil. Rio de Janeiro: **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**, v. 40, p.1- 212, 2013. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2013_v40.pdf> Acesso em: 10.11.2016.
- EGEA, P. C. M. **Educação integral**: o Programa Mais Educação na rede municipal de Maringá (2009-2011). Artigo (Trabalho de Conclusão de Curso). UEM – Universidade Estadual de Maringá: Maringá, 2012. Disponível em: <http://www.dfe.uem.br/TCC/Trabalhos_2012/PAULA_MILANI_EGEA.PDF> Acesso em: 24/07/2017.
- FACHINETTO, R. F. Juventude e violência: onde fica o jovem numa sociedade “sem lugares”? p.60-71 In.: ALMEIDA, M. DA G. B. (Org.) **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2010. 161 f.
- GADEA, C. A. **Realidade Juvenil e violência intersubjetiva em bairros de Porto Alegre**: contextos, situações e perspectivas. Porto Alegre: Cirkula, 2015.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. - São Paulo : Atlas, 2010.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 357-363, Apr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n2/a13v10n2.pdf>> Acesso em: 15.05.2017.

INSTITUTO UNIBANCO. **Aprendizagem em foco**. Nº 5 - fev. 2016. Disponível em: <http://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2016/01/Aprendizagem_em_foco-n.05.pdf> Acesso em: 10.11.2016.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 14a Ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2014.

OLIVEIRA, M. H. C. de. **Oficina de criatividade: revendo o processo de ensinar, aprender e atuar em psicologia**. Est. Inter. Psicol., Londrina, v. 3, n. 1, p. 125-131, jun/2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072012000100009> Acesso em: 15.05.2017.

OMS. **Prevenindo a violência juvenil: um panorama das evidências 2015**. Tradução Núcleo de estudos da violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP), Centro Colaborador da Organização. OMS, 2015. Disponível em: <<http://nevsp.org/wp-content/uploads/2016/10/Prevenindo-a-viole%CC%82ncia-juvenil-Pt-Br-1.pdf>> Acesso em: 29/10/2016.

Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS), 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/saude-mental-depende-de-bem-estar-fisico-e-social-diz-oms-em-dia-mundial/>> Acesso em 30.10.2016.

PEREZ, J. R. R.; PASSONE, E. F. Políticas Sociais de Atendimento às Crianças e aos Adolescentes no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v.40, n.140, p. 649-673, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742010000200017&script=sci_abstract&tlng=es> Acesso: 15.05.2017.

ROSA, V. S. da. O Programa Mais Educação como Política Pública Nacional de Educação Integral. In: IX ANPED SUL – **Seminário de Pesquisa em Educação da região Sul 2012**, Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012.

SANTOS, L. I. C. I. dos, et al. Juventude e violência: trajetórias de vida e políticas públicas. **Estud. psicol. psicol.**, vol.12, n.2, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1808-42812012000200012> Acesso em: 20.05.2017.

SILVA, A. F. da. **Projeto Dança Criança e Escola Cidadã: o aprendizado da dança e a construção de significados**. 2007. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, PUCRS, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/2732> Acesso em: 20.05.2017.

SOUZA, R. P. de; FACHIN, P. C. O judô e a sua socialização nas escolas: superando a timidez e as dificuldades de aprendizagem. **EFDeportes.com**, Revista Digital. Buenos Aires, Ano 16, Nº 164, 2012. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd164/o-judo-e-a-sua-socializacao-nas-escolas.htm>> Acesso em 16.05.2017.

TAVARES, R. C. O sentimento de pertencimento social como um direito universal. **Cad. de Pesq. Interdisc. em Ci-s. Hum-s.**, Florianópolis, Santa Catarina, v.15, n.106, p. 179-201 – jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1984-8951.2014v15n106p179>> Acesso em: 16.05.2017.

TURATO, E. R. Introdução à Metodologia da Pesquisa Clínico-Qualitativa Definição e Principais Características. **Revista Portuguesa de Psicossomática**, Portugal, vol. 2, nº 1, p. 93-108, 2000.

VIANNA, H. M. **Pesquisa em educação: a observação**. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. **Global status report on violence prevention 2014**. Geneva: World Health Organization; 2014. Disponível em: <http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/status_report/2014/en/> Acesso em: 20.05.2017.

Recebido em: 13.03.2018

Aprovado em: 10.07.2018